

## REAJUSTE INSUFICIENTE

Após análise da tabela comparativa do reajuste do PGPE/CPST e carreiras correlatas (elaborada pelo Sindsep-DF e disponível no [www.sindsep-df.com.br](http://www.sindsep-df.com.br)), os servidores da base do Sindsep-DF, em assembleia dia 2/09, consideraram o reajuste previsto no Projeto de Lei 2203/2011 – fruto de acordo assinado pela Condsef com o governo – insuficiente e aprovaram como resolução:

- 1) Manter a mobilização com acampamento permanente no Espaço do Servidor, ao lado do bloco C – Esplanada dos Ministérios;
- 2) Fortalecer a mobilização

nas Seções Sindicais por meio da realização de atividades nos órgãos;

- 3) Forçar a Condsef a estabelecer um calendário de negociação com o governo que vai até 1º de março de 2012. E, não havendo resultados satisfatórios até a data, realização da greve.

Uma quarta resolução também foi aprovada na forma de um documento proposto pelo Sindsep-DF que faz um análise do acordo, das novas tabelas salariais, sugere uma postura mais firme da Condsef para romper com a truculência da política econômica que prioriza a especulação financeira



● 22.08: assembleia do Sindsep-DF no Acampamento dos Excluídos da Lei 12.277/10 que aprovou contraproposta da categoria, apresentada pela Condsef ao governo no mesmo dia

em detrimento das reivindicações dos servidores e propõe a manutenção

da luta sem cessar pela extensão integral dos benefícios da Lei 12.277/10

para todos (acesse a íntegra na página do sindicato na internet).

## Greve dos servidores da Cultura leva a avanços nas negociações



● 2.09: assembleia conjunta dos servidores do MinC e vinculadas

Em apenas uma semana de greve, os servidores de Brasília do Ministério da Cultura e órgãos vinculados (Funarte, IPHAN, Biblioteca Nacional, Fundação Palmares e IBRAM) conseguiram fazer as negociações com o governo avançarem. A adesão à greve nacional

do setor teve início no dia 29/08, por deliberação de assembleia do dia 25/08, e foi suspensa em assembleia unificada no dia 2/09.

Graças à unidade dos servidores, organizados pelo Sindsep-DF, ainda na manhã do primeiro dia de

paralisação, o setor foi recebido pela ministra da Cultura, Ana de Hollanda. Na mesma data, o MinC encaminhou ao Planejamento Ofício nº 297 em que reconhece que o governo tem um débito com a categoria pelo não cumprimento de vários itens do acordo de

2007, entre eles a valorização do plano de carreira, com a racionalização de cargos e a instituição de adicionais de Titulação e de Incentivo à Qualificação.

Dois dias depois, em 31/08, foi assinado pela SRH/MPlanejamento o Protocolo nº 1, que traz as diretrizes para a negociação da reestruturação do Plano Especial de Cargos da Cultura. O ofício e o protocolo estão disponíveis no [www.sindsep-df.com.br](http://www.sindsep-df.com.br).

A assembleia do dia 2/09 também deliberou pelo retorno à greve, caso as negociações com o governo não evoluam até 1º de outubro e aprovou o ingresso, pelo Sindsep-DF, de uma Representação no Ministério Público do Trabalho contra o secretário de

Recursos Humanos do Planejamento, Duvanier Paiva Ferreira, denunciando a sua postura intransigente ao não permitir a participação na mesa de negociação de dois dirigentes da Condsef que pertencem à base do MinC, sob alegação de que estes estavam em greve.

O Sindsep-DF parabeniza os servidores do MinC e vinculadas que durante a greve promoveram uma intensa mobilização nos seus órgãos, com arrastões de convencimento, além de ações junto a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura. O sindicato solicitou aos presidentes da Câmara e do Senado, Marco Maia (PT/RS) e José Sarney (PMDB/AP), respectivamente, audiências que devem acontecer em breve.

# Renovação do Convênio 753/07

Em reunião com as direções da Condsef e do Sindsep-DF, o presidente da Funasa, Gilson de Carvalho Queiroz Filho, se comprometeu a renovar o Convênio 753/07, que trata da cessão dos servidores da Funasa Presidência à Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Apesar de o convênio vigorar até o dia 6 de novembro de 2012, o presidente da Funasa entende que a sua renovação é necessária, por isso, agendará uma reunião com o governador Agnelo Queiroz para tratar da questão. A reunião contou com a participação da deputada Erika Kokay (PT/DF).



● Reunião do Sindsep-DF e da Condsef com o presidente da Funasa, Gilson de Carvalho, que tratou da renovação do Convênio 753/07

## Extensão da PASUS

O processo que trata da extensão da PASUS para os servidores do Ministério da Saúde cedidos ao GDF não corre mais o risco de ser questionado no âmbito do Executivo do Distrito Federal, mais ainda precisa cumprir o trâmite formal até ser encaminhado à Câmara Legislativa (CLDF). Atualmente, o processo encontra-se na Procuradoria do DF.

Visando a sua aprovação na CLDF, o Sindsep-DF segue as audiências com os distritais. Na semana

que passou, a reunião foi com o deputado Joe Valle (PSB), que confirmou apoio à extensão da PASUS.

## Reajuste da Gacen/Gecen

O PL 2203/11, que trata do reajuste de diversos setores do Executivo Federal, reajusta também a Gacen/Gecen a partir de 1º de julho de 2012, para R\$ 721,00 mensais. O projeto está em tramitação na Câmara dos Deputados.

## Capesaúde

No Seminário Nacional sobre a Capesaúde, realizado dias 19 e 20/08, em Cuiabá/MT, foram aprovadas cinco resoluções, entre elas, organizar a categoria para o processo eleitoral da CAPESESP, discutindo, inclusive, a mudança estatutária realizada em 2011 e multiplicar o debate nas entidades de base, formando subcomissões organizadoras e interiorizando o debate. O seminário aprovou ainda

uma agenda de atividades até maio de 2012. Acesse a íntegra do relatório da Condsef no [www.sindsep-df.com.br](http://www.sindsep-df.com.br).

## Intoxicados

Servidores da Funasa de 19 estados e do DF participaram, dia 25/08, no auditório do Sindsep-DF, do Seminário dos Intoxicados organizado pela Condsef. Após intenso debate sobre a situação dos servidores de

campo nos Estados, foram aprovadas diversas propostas, tais como: a nacionalização da luta; o fortalecimento das audiências públicas nos estados e em Brasília; buscar a unidade da luta com os movimentos organizados contra a política de proliferação de agrotóxicos; a denúncia aos organismos internacionais, como OIT e outras, com solicitações de providências; entre outras (íntegra disponível na nossa página na internet).

## HFA

Na sexta-feira (26/08), os servidores do Hospital das Forças Armadas (HFA) foram surpreendidos com a determinação da direção de que naquele dia somente os plantonistas poderiam almoçar no refeitório do órgão. Os servidores que trabalharam até as 13h ou entraram a partir desse horário não puderam almoçar, visto que a direção havia dado folga aos militares e, por isso, reduzido quantidade de refeições produzida.

# Até quando?

O Sindsep-DF lembra à direção do órgão que disponibilizar almoço para os servidores não é concessão e sim um direito, visto que estes não recebem o auxílio-alimentação – pago aos demais servidores federais, no valor mensal de R\$ 304,00 –, sob o pretexto de o hospital fornecer as refeições. Por isso mesmo, ela não pode ser negada,

mesmo os trabalhadores que não estão em plantão. O sindicato já está tomando as providências cabíveis para evitar que esta situação se repita e convoca os servidores para fortalecer a mobilização no hospital, contra a retirada de direitos e pelo atendimento das reivindicações da categoria, em especial a estruturação de

carreira, a instituição das 30 horas semanais, e um plano de saúde digno.

## Assembleia celetistas

Como o governo ainda não publicou do decreto de regulamentação da progressão funcional, o Sindsep-DF convoca todos os empregados públicos do HFA para assembleia nesta segunda-feira (5/09), às 12h, em frente à administração do hospital, para deliberar sobre as ações a serem tomadas pela categoria.

## Expediente

Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal – SINDSEP-DF - Fone: 3212-1900.  
Conselho Editorial: Secretaria de Comunicação: Carlos Henrique (coordenador), Moisés Alves da Consolação e Reginaldo Dias da Silva (adjuntos) e Secretaria Geral: Oton Pereira Neves (coordenador), Reinaldo Magalhães Redorat e Elizabeth Gomes de Andrade - Bete (adjunto) – Jornalista Responsável: Giselle do Valle (DF2361JP) – Diagramação: André Filho – Fotos: Jane Franco – Tiragem: 20.000 – Impressão: Intergraf – Contribua com a elaboração do “Esplanada Geral”. Envie as notícias do seu local de trabalho para [imprensa@sindsep-df.com.br](mailto:imprensa@sindsep-df.com.br)

# Descaso e deboche

No dia 23/08, o diretor-geral da Imprensa Nacional, Fernando Tolentino, publicou no informativo “Nosso Jornal” matéria criticando e acusando o Sindsep-DF de fornecer falsas informações em reportagem sobre o acidente do servidor Joaquim Inácio Campos de Oliveira, publicada na edição 423 do Esplanada Geral.

O diretor-geral afirma que a fotografia usada para ilustrar a matéria do EG não deixa o leitor supor que o problema foi “apenas no dedo”. Mas, na verdade, a foto só foi publicada por ser a menos chocante, visto que as imagens da mão esquerda lacerada e do dedo polegar amputado são muito fortes, o que levou a direção do Sindsep-DF a mais uma vez não publicá-las.

O acidente aconteceu no dia 19/04, enquanto Joaquim Inácio limpava a Impressora Rotativa Goss.

Hoje, após quase cinco meses, o servidor ainda não recuperou os movimentos da mão, que não fecha e nem abre totalmente.

Vale ressaltar que o diretor-geral mandou arquivar o processo, não acatando as recomendações da Comissão de Sindicância (incumbida de apurar as causas e condições do acidente) de instalar um Processo Administrativo Disciplinar (PAD) para apontar e punir os responsáveis.

Conforme o Boletim de Serviço nº 89, de 23/08, a decisão baseia-se no Art. 168 da Lei 8.112/90, que diz: “o julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos”. Já no “Nosso Jornal”, o diretor afirma que a decisão foi motivada por uma orientação da Secretaria de Controle Interno da Presidência da República. Mas não deu publicidade ao teor da orientação. Por

outro lado, na cópia do processo disponibilizada pela IN ao servidor Joaquim Inácio, o protocolo de recebimento do documento na Presidência da República data de 24/08. Um dia após a publicação da decisão do diretor-geral de arquivar o processo.

De acordo com Art. 167 da Lei 8.112/90, a autoridade julgadora, no caso, a direção da IN, tem o prazo de 20 dias, contados do recebimento do processo, para proferir sua decisão. O diretor-geral fez isso 68 dias após receber o relatório da Comissão de Sindicância, entregue em 17/6.

O relato acima deixa ainda várias perguntas no ar: qual foi a orientação da Secretaria de Controle Interno da Presidência da República? Porque ela não foi divulgada? Porque o diretor-geral não deu publicidade ao relatório da Comissão de Sindicância, como fez com

a sua decisão de arquivar o processo? Porque, antes da publicação da matéria no EG 423, Tolentino não atendeu à solicitação do servidor Joaquim Inácio que pediu cópia do processo? Qual foi a assistência dispensada pela IN ao servidor acidentado? No que o relatório da Comissão de Sindicância foi contrário às provas nos autos?

## Diretor-geral se nega a receber Seção Sindical

No dia 21/06 a Seção Sindical do Sindsep-DF protocolou Ofício nº 001, solicitou audiência com o diretor-geral da IN para tratar da pauta de reivindicações dos servidores. Mas, ao invés de receber a Seção Sindical, ele encaminhou Ofício nº 216/11 onde responde aos 12 pontos da pauta de reivindicações da categoria sem, contudo, atender a nenhum deles.

Para alguns pleitos, como Plano de carreira, estrutu-

ração dos cargos, reposição da força de trabalho por meio de concurso público, reestruturação administrativa do órgão, reabertura do prazo de opção pela GPDIN, valores das gratificações, entre outros, Tolentino se limitou a empurrar a responsabilidade para as discussões no Ministério do Planejamento que afirma estarem “caminhando em bom ritmo”.

Ao contrário de outros dirigentes de órgãos federais, como a ministra da Cultura, Ana de Hollanda, o diretor-geral da IN não reconhece a necessidade de extensão da Lei 12.277/10 para todos e ainda zomba da reivindicação que julga ter sido encaminhada a ele por equívoco e afirma “no caso da Lei 12.277/10, ela realmente não se estende a todos os cargos de nível superior, quanto mais ao intermediário e ao auxiliar”.

Acesse a íntegra da resposta no [www.sindsep-df.com.br](http://www.sindsep-df.com.br).

## Arquivo Nacional

# Categoria estabelece agenda com o MJ

Após três atos em frente ao Ministério da Justiça, em Brasília, e quatro no Rio de Janeiro, os servidores do Arquivo Nacional – organizados pelo Sindsep-DF e a Associação dos Servidores do Arquivo Nacional (Assan) – arrancaram uma agenda de negociação com o órgão, com previsão para iniciar na primeira quinzena de outubro.

O acordo foi firmado em reunião realizada no dia 1º/09, com o chefe de gabinete do ministro da Justiça, Flávio Croce Caetano, o assessor especial, Ivan Neves, a coordenadora-geral do gabinete, Helena Melo Meireles de Matos. Representando os servidores estavam o diretor da Condsef, Gilberto Gomes e a vice-presidente da As-



17/08: ato dos servidores do Arquivo Nacional em frente ao Ministério da Justiça

san, Maria Rita Aderaldo. As discussões se iniciaram com um pedido de urgência urgentíssima na tramitação no âmbito do Ministério da Justiça do projeto de Plano de Carreira específico do Arquivo

Nacional, uma vez que há a possibilidade de incluir o Plano em emenda parlamentar à Lei Orçamentária Anual de 2012.

Porém, o chefe de gabinete informou que não havia a possibilidade de o

projeto tramitar em menos de 15 dias, visto que o ministério não poderia prescindir dos trâmites administrativos.

A Condsef sugeriu que uma agenda de negociação fosse estabelecida e o chefe de

gabinete concordou. Ele afirmou que em média são 15 dias para tramitar nas três instâncias (Coordenação Geral de Modernização, Coordenação Geral de Administração e Secretaria de Assuntos Legislativos), mas que eles poderiam fechar um prazo de 10 dias pra cada uma, fazendo com que a tramitação do Plano se encerrasse no final de setembro e se comprometeu a convocar na primeira quinzena de outubro a Condsef e Assan para apresentar a proposta final do MJ.

A partir daí, se iniciaria o contato do MJ com o Planejamento. As entidades solicitaram que mesmo assim o pedido de urgência fosse encaminhado ao ministro e concordaram com a agenda.

## CEI irá rever processos de ex-ocupantes de FAS

O Sindsep-DF conquistou uma importante vitória em favor dos demitidos do Governo Collor que ocupavam a Função de Assessoramento Superior (FAS) em órgãos do Executivo Federal. Após uma longa batalha, o sindicato conseguiu que todos os pedidos de anistia desses ex-servidores sejam reexaminados pela Comissão Especial Interministerial (CEI), que trata da reintegração ao serviço público.

Inicialmente, o sindicato levou a discussão ao Ministério Público do Trabalho (MPT), que acarretou na instauração do Inquérito nº 283, no qual ficou caracterizado que a maioria esmagadora dos empregados contratados sob a rubrica FAS exercia funções corriqueiras nos órgãos e entidades públicas de lotação.

Por isso, o MPT enviou à CEI no ano passado a Notificação Recomen-

tória nº 8133, para que cada processo fosse analisado individualmente, a fim de verificar se os servidores exerciam efetivamente função de assessoramento superior ou atividades administrativas ordinárias comuns àqueles órgãos e entidades.

No entanto, a CEI informou que não iria atender a notificação do MPT, em virtude de pareceres da Advocacia-Geral da União (AGU) que recomenda-

vam o indeferimento dos pedidos de anistia dos servidores ocupantes de FAS, sem adentrar na questão da primazia da realidade.

Diante da negativa, o Sindsep-DF formulou um requerimento administrativo à AGU para solicitar a revisão do entendimento quanto a anistia dos servidores ocupantes de FAS. Em resposta, apresentada na audiência pública no dia 08/08/11, a AGU informou que acolheu os

fundamentos da notificação recomendatória do MPT. Na oportunidade, a representante da AGU na CEI, Neleide Abila, se comprometeu a reexaminar todos os pedidos de anistia dos ocupantes de FAS no prazo de 60 dias.

Para mais informes, o sindicato convoca assembleia com os demitidos que se encontram nesta situação para a terça-feira (6/09), às 18h30, no auditório Francisco Zóccoli do Sindsep-DF.

### Requerimentos entregues fora do prazo "legal" serão revistos

Em decisão inédita e unânime, proferida no Processo nº 2007.34.00.044114-2, a Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região determinou à CEI a análise de requerimento administrativo protocolado fora do prazo estabelecido pelos Decretos nº 5.115 e 5.215/04, que é de até 30/11/04.

O recurso julgado pelos desembargadores é o primeiro neste sentido e foi impetrado pelo

Sindsep-DF em favor de demitido do Governo Collor de sua base. O importante precedente reafirma a tese de que a fixação dos prazos é ilegal e deverá ser desconsiderada pela CEI na análise dos pleitos.

O Sindsep-DF orienta aos demitidos do Governo Collor que perderam o prazo para entrar com requerimento do DF a procurar a Secretaria de Assuntos Jurídicos para mais orientações.

### Retorno só depende de lotação

No dia 22/08, a diretora de Estudos Sócio-Econômicos e Empresas Públicas do Sindsep-DF e uma comissão de demitidos se reuniram com a presidente da CEI, Elida Feliz, que deu seu aval para o sindicato procurar outros órgãos para realocar os 113 anistiados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) que ainda não foram reintegrados por falta de um setor.

No entendimento da CEI, os anistiados que foram reintegrados e posteriormente aderiram ao Plano de Demissão Voluntária (PDV) do Governo FHC



● 22/08: reunião da direção do Sindsep-DF e anistiados com a presidente da CEI, Elida Feliz

não têm direito ao retorno. Também participaram da reunião, Maria José, da Comissão de Anistiados

do Sindsep-DF, Celso (Sindsep-BA), Ivan (Anistiados de Pernambuco) e Torres (sindicato do Maranhão).

#### PDVistas

### Ação na Câmara dos Deputados

De 9 a 23/08, o Sindsep-DF e a Comissão de PDVistas do sindicato realizou uma série de visitas aos parlamentares que compõem a Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados, para um trabalho de convencimento pela aprovação dos Projetos de Lei (PLs) 4293/08 e 7546/10, que tratam do retorno dos servidores que aderiram ao Plano de Demissão Voluntária (PDV) do Governo FHC ao serviço público. Todos foram unânimes em declarar apoio irrestrito aos PLs. Saiba mais no [www.sindsep-df.com.br](http://www.sindsep-df.com.br).

#### Bacen

### Pela imediata modernização das carreiras

Em 30/08, aconteceu mais uma reunião de negociação no MPlanejamento, onde o governo repetiu a cantilena de sempre: em função da crise (segundo ele, o país está preparado para enfrentá-la), não irá conceder nenhum reajuste para os servidores do Banco Central até 2012.

O governo afirma que nos últimos quatro anos gastou mais de R\$38 bilhões com o funcionalismo e que o máximo que poderia

oferecer aos servidores do Bacen era uma agenda de negociação, a qual poderá convergir para um acordo político.

Em assembleia conjunta do Sindsep-DF e Sintbacen, dia 31/08, os servidores tomaram as seguintes deliberações:

- Convidar o Sinal-DF para a próxima assembleia.
- Assembleia dia 05/09 para discutir e deliberar sobre a posição do governo de não encaminhar o

PL que modernizaria as carreiras;

c) b) Cobrar do Banco celeridade nos pagamentos dos passivos;

O Sindsep-DF reafirma que não aceita que os trabalhadores, em especial os servidores públicos, paguem o ônus pela crise. Que paguem por ela os grandes empresários, os banqueiros e os latifundiários, pois eles são quem mantêm o sistema capitalista.